

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO PUBLICA ORDINARIA DE 2 DE DEZEMBRO DE 2008**-----

-----Aos dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Foi considerada justificada a falta da Senhora Vereadora Joana Vidinha por se encontrar doente.-----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Pedi o uso da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a seguinte intervenção:" 1- Nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro " O presidente ou os vereadores devem informar a câmara das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro proferidas ao abrigo dos números anteriores, na reunião que imediatamente se lhes seguir" Nada foi informado.-----

-----**2** - De acordo com a alínea s) do nº do artº 68º a Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro "Responder, no prazo de 10 dias, aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores;" não foram respondidos os pedidos em atraso.-----

-----3 - De acordo com a decisão da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, na sua sessão de 12.11.2008 o senhor presidente da câmara foi "condenado" a ter de me facultar cópia do ofício 3049/01.00.65 que dirigiu à CCDRLVT de 20.05.08, decisão que ainda não cumpriu.-----

-----4 - Da participação que fiz ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra acerca da inexecução das 7 penas, que me tinham sido comunicadas, recebi com data de 27/11 a respectiva resposta, comunicando-me que foram extraídas cópias certificadas e enviadas ao Ministério Público do Tribunal Judicial de Almeirim e ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, por serem os competentes para apreciar a minha participação."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos leu os seguintes requerimentos que a seguir se transcrevem na íntegra:-----

-----"Pedro Pisco dos Santos, Vereador do PPD/PSD - Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do disposto no artigo 68º, nº 1, alínea r) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicitar a V. Exª cópia dos contratos de prestação de serviços (avenças) celebrados com técnicos e assessorias (advogados, sociedades de advogados, economistas, etc).-----

-----Solicito ainda a V. Exª o envio do Mapa de Prestação de Serviços, elaborado nos termos do artigo 17º do Decreto-Lei nº 41/84, de 3 de Fevereiro, referente aos anos 2006, 2007 e 2008."-----

-----" Pedro Pisco dos Santos, Vereador do PPD/PSD - Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do disposto no artigo 68º, nº 1, alínea r) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicito a V. Exª cópia das contas das empresas RESIURB E ECOLEZIRIA referente ao exercício 2006 e 2007, bem como cópia do registo das mesmas na Conservatória do Registo Comercial."-----

-----" Pedro Pisco dos Santos, Vereador do PPD/PSD - Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do disposto no artigo 68º, nº

1, alínea r) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicito a V. Ex<sup>a</sup> informação sobre os processos judiciais instaurados de e contra a Câmara Municipal de Almeirim durante o ano de 2008.”-----

-----” Pedro Pisco dos Santos, Vereador do PPD/PSD - Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do disposto no artigo 68º, nº 1, alínea r) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicito a V. Ex<sup>a</sup> cópia da(s) acta(s) da Comissão Mista de Acompanhamento do Plano Director Municipal de Almeirim.-----

-----Solicito ainda a V. Ex<sup>a</sup> se a Comissão Mista de Acompanhamento do Plano Director Municipal tomou conhecimento formal da pronúncia emitida pela Câmara Municipal e da intenção do Governo da República de suspender parcial o PDM/Almeirim.-----

-----Aproveito para alertar V. Ex<sup>a</sup> para a necessidade de adoptar um conjunto de procedimentos legais relacionados com a reformulação da Comissão face à legislação que entrou em vigor há mais de um ano.”-----

-----Solicito a V. Ex<sup>a</sup> cópia da certidão de registo de liquidação da empresa municipal ALDESC, E.M. na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim.-----

-----Solicito ainda a V. Ex<sup>a</sup> sobre os procedimentos adoptados quanto à situação laboral dos trabalhadores da empresa municipal ALDESC, EM., dado que, até ao dia vinte e oito de Novembro de dois mil e oito, ainda não tinha sido publicado qualquer procedimento concursal do Diário da República, nos termos da Lei número doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro.-----

-----Aproveito para manifestar a minha preocupação e do PSD quanto ao modo como este processo de extinção da empresa municipal está a ser tratado, na medida em V.Ex<sup>a</sup> não presta qualquer tipo de informação sobre a extinção da empresa.-----

-----Sem prejuízo das várias insistências já realizadas, que contam com um ano, aproveito para reiterar o pedido de

disponibilização de cópia do movimento de pessoal da ALDESC (trabalhadores e avençados) desde Novembro de dois mil e sete até trinta de Novembro de dois mil e oito.-----

-----Caso V.Ex<sup>a</sup> tivesse disponibilizado o relatório de gestão semestral - conforme referido pelo relatório do ROC - certamente, permitiria a todos os membros do Executivo Municipal analisar a gestão financeira e recursos humanos da empresa.-----

-----Adverte-se V. Ex<sup>a</sup> para o facto que deverá disponibilizar a informação no prazo previsto por Lei.-----

-----O Senhor Vereador orador comunicou ainda que lhe aconteceu um caso insólito, na passada sexta feira dirigiu-se ao IGAL acompanhado com a sua advogada, para saber se o Senhor Presidente está ou não obrigado a informar a Assembleia Municipal dos processos judiciais em curso, e constatou que lhe foi barrada essa consulta. A funcionária via telefone, e no final de quatro meses, informou que o Senhor Presidente recebeu um ofício do IGAL a pedir informações. O Autarca orador solicita a confirmação da informação e solicita esclarecimentos pois verifica que estão violados os direitos da oposição, assim terá que avançar com uma acção judicial para a prática do acto contra a IGAL, informando desde já o Senhor Presidente que todas as custas do processo ficaram à sua responsabilidade, não vão sair do bolso de ninguém. -----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, solicitou ainda esclarecimentos sobre os apoios escolares concedidos aos alunos dos primeiros ciclo do ensino básico, pois existem reclamações sobre apoios concedidos a famílias com sinais exteriores de riqueza e sugere que seja entregue uma participação à Procuradora do Tribunal Judicial de Almeirim, comunicando a entrega de falsos rendimentos. Por último, refere que no dia catorze de Novembro de dois mil e oito, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros número cento e sessenta e oito de dois mil e oito, que visa à contratação para concurso internacional de fornecimento de refeições confeccionadas para

os reclusos dos estabelecimentos prisionais durante o ano de dois mil e nove. Isto demonstra que um dos motivos pelo qual o Grupo do Partido Socialista, vendeu à população das Fazendas a prisão, não corresponde à verdade, pois fica provado que é através de concursos que são fornecidos, e desta forma ficam desmontados os argumentos invocados pelo Partido Socialista, pois, este e outros serviços obedecem a requisitos legalmente impostos.-----

-----Relativamente ao orçamento da Autarquia o Vereador refere que já fez vários comentários pois, este está feito de uma forma "atabalhoadada", encontra-se matéria de ambiente misturada com educação, e aconselha a ler a Lei doze A de dois mil e oito, que estipula como se constrói um orçamento. Gostaria de saber em que ponto se encontra o Regulamento para o Idoso.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha interveio no PAOD e disse:" Venho dizer ao Senhor Vereador Pedro Ribeiro, que contrariamente ao que afirmou numa anterior reunião pública a prisão continua a não constar no PIDDAC, para o Distrito de Santarém para o próximo ano e ainda bem. A mesma Autarca gostaria de saber quando é que a instalação do gás natural fica definitivamente resolvido na cidade, dado que já esteve prevista no mandato passado, e estando este quase passado, tudo continua na mesma. Tendo a Autarquia uma comparticipação na empresa do gás, deve estar bem informada, por isso gostaria de saber por escrito quando é que a empresa conclui todo o processo de instalação do gás natural na cidade de Almeirim. A mesma Autarca refere ainda que já por várias vezes alertou para os perigos que advêm para as crianças de um muro da entrada para uma garagem subterrânea que se encontra junto aos prédios Alfa na Zona Norte. Alerta mais uma vez para este perigo para que sejam tomadas as devidas medidas antes de acontecer algo de grave, pois situação semelhante se passou com o lago, onde veio a falecer uma pessoa. A Vereadora alertou ainda para a necessidade de instalar um sistema para fixar os contentores, que se

encontram no canto da Avenida D. João Primeiro com a Rua das Milheiras porque sempre que há vento, causam perigos para o trânsito. A Vereadora Manuela Cunha perguntou ainda o que está previsto fazer ao refeitório municipal, se é verdade que o mesmo vai ser entregue a uma empresa privada, e desde já deixa a sua opinião contra. Solicita ainda informação sobre a homenagem a prestar pela Autarquia ao Dr. Joaquim Isabelinha, se os Vereadores serão convidados a participar na homenagem; perguntou ao Senhor Vereador Pedro Ribeiro porque é que ainda não lhe foi entregue o parecer sobre a limpeza da Ribeira de Muge, sobre os bares nocturnos e respectivas esplanadas em Almeirim; porque é que Almeirim não apareceu os subsídios atribuídos para transportes escolares do segundo e terceiro ciclo na listagem publicada em Diário da República. O aterro municipal de Almeirim, e sendo que a ETAR do aterro sofre um problema de capacidade de tratamento desde o seu início. A Vereadora comentou ainda que até que enfim que foram entregues aos membros des Executivo informação sobre a gestão da Resiurb e sobre o funcionamento da ETAR do aterro. Pode verificar o que já sabia é que tenham sido tomado medidas, se bem que provisórias para os lixiviados não contaminarem as águas da Ribeira de Muge, no entanto afirmou que era importante a resolução definitiva do problema daí gostaria de sublinhar que "Os Verdes", em sede de orçamento de estado propuseram a atribuição de verbas para construção de uma ETAR, o que não foi aprovado, Para findar a Senhora Vereadora perguntou o que se passa para não haver luzes de Natal, ainda mais num ano em que o Comércio Local esta a passar por uma crise tão difícil.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos da Silva respondeu que não via o que é que o Comercio Local tinha a ver com as luzes já que estas só acendem à noite quando o comércio está fechado. Informou ainda que este ano as luzes são da responsabilidades das Juntas de Freguesia.-----

-----O Senhor Vice Presidente corrigiu a Senhora Vereadora Manuela Cunha, não é ETAR é ETAL e informou que os afluentes que

saem da ETAL cumprem todos os valores legais. Relativamente aos subsídios para o segundo e terceiro ciclos a Senhora Vereadora Joana poderá dar os esclarecimentos necessários, contudo foi operada e de momento não poderá prestar esclarecimentos, no entanto, afirmou que os apoios distribuídos foram ao nível da Segurança Social. Relembra que com a nova legislação todas as pessoas recebem em casa um documento da entidade acima referida comunicando-lhe qual o escalão de subsidio que lhe foi atribuído. Se houver questões, as mesmas devem ser dirigidas à Câmara que posteriormente enviará as mesmas à Segurança Social.-

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que existem Municípios que têm regulamento de forma a evitar que existam situações de favorecimento a pessoas que apresentem níveis de riqueza exterior.-----

-----O Senhor Vice Presidente informou que até esta data a Câmara fazia a aprovação destes subsídios, tendo em conta vários factores, nomeadamente as declarações entregues às Finanças, valor da capitação e relatório do gabinete social sobre a avaliação da situação familiar. Agora, a lista é feita com base no escalão do abono de família dos dados fornecidos pela Segurança Social, se houverem queixas ou reclamações serão enviadas para o Ministério da Educação e para a Segurança Social.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que até há bem pouco tempo as escolas tinham um serviço de acção social, o que agora se está a passar é a prova que as declarações entregues ao Estado são apresentadas com falsos rendimentos, é uma denúncia pública da situação.-----

-----O Senhor Presidente respondeu à Senhora Vereadora Manuela Cunha, relativamente à homenagem ao Doutor Isabelinha, informou que na passada reunião foi deliberado atribuir um subsidio e a medalha de honra ao homenageado, quanto à participação na homenagem já se dirigiu ao local a inscrever-se, como podem fazer todos os cidadãos interessados em participar na homenagem, que terá lugar no dia e hora divulgado nos cartazes afixados

para o efeito. O Senhor Presidente deu também conhecimento do ofício enviado pelo Instituto dos Registos e do Notariado divulgando a abertura do balcão "Balcão das Heranças" e balcão "Divórcios com Partilha".-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

----- O Senhor Presidente propôs que se retire da Ordem de Trabalhos o ponto dois que se refere à apreciação da proposta de intenção de adjudicação em resultado da acta do Júri de Concurso para fornecimento de refeições, porque apenas está assinada por dois elementos do Júri faltando ser assinada pela Senhora Engenheira Maria de Fátima Neves Lopes.-----

-----O Executivo deliberou retirar o ponto número dois da Ordem de Trabalhos.-----

-----**ALTERAÇÃO DE NOMES DOS VENDEDORES DE PARCELA DE TERRENO** - O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:" Em cumprimento das competências legais estabelecidas na Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei cinco A de dois mil e dois de onze de Janeiro, proponho ao Executivo que aprove a alteração da identificação dos proprietários do terreno adquirido em seis de Outubro de dois mil e oito, sob a designação de descendentes do Sr. Guilherme Botas.-----

-----A proposta é acompanhada de informação da Notária Privativa da Autarquia, Senhora Graciete Romão, do seguinte teor:"-----

-----Um - Por deliberação de seis de Outubro de dois mil e oito determinou a Excelentíssima Câmara a aquisição de uma parcela de terreno com quatro mil trezentos e vinte cinco metros quadrados aos "descendentes do Sr. Guilherme Botas", pelo preço de duzentos e dezanove mil quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos, conforme proposta de V.Ex<sup>a</sup>. de que anexo cópia.-----



-----Dois- Após a Habilitação de Herdeiros e efectuado o destaque da parcela adquirida, verifica-se que os referidos herdeiros são: D. Maria Pereira Alves, solteira, maior; Sr. Rui Guilherme Pereira Alves Coelho, casado com Ana Teresa Cardoso de Lima; Sr. João Nuno Pereira Alves Coelho, solteiro, maior.-----

-----Três - Porque não estão concretamente definidos os nomes dos vendedores, e com vista à necessária harmonização, solicito a V. Ex<sup>a</sup>. que sobre o assunto o Executivo delibere em termos finais, a fim de ser celebrado a escritura e emitir cheque do pagamento.-----

-----Quatro - A esta data faltam elementos de identificação duma outorgante, cuja entrega já foi prometida para a próxima semana".-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu-se ao que está escrito na página vinte e seis da acta de seis de Outubro de dois mil e oito, e preocupa-a porque na proposta faltam os dados da outorgante Ana Teresa Casebre e ainda a incomoda mais faltar outro outorgante na proposta hoje apresentada. A mesma Autarca acha que isto não acontece só por isso, e leu o extracto da acta de seis de Outubro de dois mil e oito: " *O preço do terreno acordado será de duzentos e dezanove mil quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos e corresponde ao preço da área de três mil quinhentos e treze metros quadrados, sendo a restante doada, conforme disposição do falecido proprietário do terreno, a fim de ser transmitida à Associação Desportiva Fazendense para aí construir a sede do clube.*" E acrescentou que a informação agora prestada não coincide, pois refere uma parcela com quatro mil trezentos e vinte e cinco metros quadrados a adquirir pelo valor de duzentos e dezanove mil quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que o terreno a comparar à família incluía o terreno que agora também é ocupado pela sede da Associação Desportiva Fazendense, isto é, comprava-se a área toda para não se estar a fazer duas escrituras, uma de doação e outra de compra. -----

-----A Senhora Vereadora disse que a partir do momento em que há escritura da área toda, só há compra não há doação, assim o que o falecido doou não pode ser escriturado como compra.-----

-----O Senhor Vice Presidente informou que a pessoa que doou, já faleceu, assim, do ponto de vista legal essa doação não conta nada.-----

-----Posta à votação a alteração da identificação dos proprietários do terreno adquirido em seis de Outubro de dois mil e oito, sob a designação de descendentes do Sr. Guilherme Botas, foi a mesma aprovada por maioria, com o voto de qualidade do Senhor Presidente, sendo que os Senhores vereadores Francisco Maurício, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos votaram contra e fizeram voto de vencido.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Esta proposta foi aprovada em seis de Outubro de dois mil e oito por maioria com a minha abstenção. Desta vez, voto contra e faço voto de vencido porque esta proposta não me merece qualquer confiança e credibilidade. Não estou disposto a dar cobertura a esta operação. Já vai sendo tempo de haver transparência nos negócios em que a Câmara interfere."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto:"Voto contra e faço voto de vencido pelas seguintes razões: se bem que na reunião de seis de Outubro de dois mil e oito tenha dado o meu voto favorável, à aquisição de um terreno com três mil quinhentos e treze metros quadrados, parte do terreno que está hoje aqui em causa, sendo que o restante era doado. O meu sentido de voto muda depois de me terem dado na anterior reunião, um conjunto de explicações orais, que não ficaram registadas em acta, o que lamento. Hoje, não posso dar o meu voto favorável à proposta aqui apresentada. A falta de clareza de todo este processo continua tal como já o denunciei na reunião de seis de Outubro do corrente ano e como se pode verificar na respectiva acta, agravada agora pela forma como vem redigida a informação prestada pela funcionária

Graciete Romão, e anexa à proposta do Senhor Presidente, que refere um terreno com uma área de quatro mil trezentos e vinte metros quadrados, quando parte desse terreno é doado à Autarquia, como se pode verificar na acta de seis de Outubro passado. Por tudo isto, pela falta de clareza de todo este processo, voto contra e faço voto de vencido.”-----

-----O Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto:”Votei contra e faço voto de vencido, por entender que os documentos distribuídos, bem como as evidências documentais junto ao processo, não me inspiram confiança para dar o meu voto favorável”.-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração:” Votei a favor, porque a informação feita pela Notaria Privativa da Câmara é claríssima, coincide com a deliberação de seis de Outubro, apenas pretende a identificação da pessoa casada com Rui Guilherme Pereira Alves Coelho, que também deve subscrever a escritura, e não constava da deliberação de seis de Outubro. Reitero a minha confiança no trabalho sempre desempenhado pela Notaria Privativa da Câmara, D<sup>a</sup> Graciete Romão” -----

-----PARCELA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: “ Em cumprimento das competências legais estabelecidas na Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho ao Executivo que aprove a alteração da identificação dos proprietários do terreno adquirido em dezoito de Agosto de dois mil e oito, para a Construção do Centro Escolar de Fazendas.”-----

-----A proposta é acompanhada de informação da Notária Privativa, D<sup>a</sup> Graciete Romão, do seguinte teor: “1-Por deliberação de dezoito de Agosto de dois mil e oito determinou a Exm<sup>a</sup> Câmara a aquisição de duas parcelas de terreno, a seguir identificadas:-----

-----a) Com mil trezentos e seis metros quadrados, a desanexar do prédio com o Artigo zero zero sete zero zero dez por trinta e

seis mil novecentos e cinquenta e um euros e sessenta e três cêntimos; -----

-----b) Com quatro mil cento e cinquenta e nove metros quadrados, a desanexar do prédio com o Artigo zero zero sete zero zero onze, por cento e dezassete mil seiscentos e setenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos; -----

----- 2) Após a Habilitação de Herdeiros, verifica-se que o prédio referido em a) está incorrectamente identificado quanto aos seus proprietários, que são: Jacinto Batista Escrevente, casado e Maria Caetano Escrevente, casada.-----

-----3) O prédio referido em b) está correctamente identificado.-----

-----4) Porque não estão correctamente definidos os nomes dos vendedores, e com vista à necessária harmonização, solicito a V.Ex<sup>a</sup>. que sobre o assunto e executivo delibere em termos finais, afim de ser celebrada escritura e emitido cheque do pagamento.-----

-----5) A esta data faltam elementos de identificação de todos os outorgantes, cuja a entrega já foi prometida para a próxima semana".-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou porque é que as matérias de actos notariais não vêm acompanhadas de parecer de advogado para não se andar sempre com rectificações.-

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha lamentou que na acta de dezoito de Agosto passado, onde se refere a aquisição do terreno, não tenha sido mencionado o local, ou então ter sido anexado documento à acta com todos os elementos necessários. Propõe que na acta de hoje fique apenso o documento a deliberar, pois acha que a alteração proposta tem um buraco esquisito, porque faltam sempre as mulheres. Na acta de dezoito de Agosto o terreno vinha identificado como pertencente a Luís Alberto Bastos Fidalgo, agora desaparece o dono do terreno."-----

-----Posta à votação a alteração da identificação dos proprietários do terreno adquirido em dezoito de Agosto de dois mil e oito, para a Construção do Centro Escolar de Fazendas, foi

a mesma aprovada por maioria, com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Câmara, e os votos contra e de vencido dos Senhores Vereadores Manuela Cunha, Pedro Pisco dos Santos e Francisco Maurício.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto:"Votei contra e faço voto de vencido pelos seguintes motivos: 1º - As explicações constantes da explicação elaborada pela Notária e prestadas pelo Presidente da Câmara na presente reunião, não são totalmente esclarecedoras quanto à alteração da titularidade do imóvel. 2º A proposta de deliberação junta à proposta do Senhor Presidente para esta reunião de Câmara, refere que os proprietários do prédio apesar do seu estado civil ser de casado, não constam os nomes dos cônjuges. Escuse-me de dar lições de direito, dado que há juristas na Câmara e se calhar com mais experiência do que eu, não consigo perceber se é um bem próprio dos proprietários ou os respectivos cônjuges são comproprietários e se os mesmos deram autorização à venda do imóvel. 3º O Código Civil Português, actualmente em vigor só entrou em vigor em mil novecentos e sessenta e seis, anterior a esta data era o Regime de Comunhão Geral, e se os cônjuges casaram posterior a essa data é comunhão de adquiridos, a não ser que tenha sido celebrada escritura para alterar o regime."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto:" Voto contra e faço voto de vencido, devido à nebulosa que envolve esta proposta de alteração da deliberação de dezoito de Agosto de dois mil e oito de aquisição de terrenos para o Centro Escolar de Fazendas, tendo no entanto votado favoravelmente a proposta de dezoito de Agosto passado, se bem que tenho dúvidas da adaptação do terreno para os efeitos pretendidos. A falta de sustentação dos argumentos evocados para alterar o nome dos proprietários leva-me a tomar esta posição. A razão evocada na informação da Funcionária anexa à proposta do Senhor Presidente refere no ponto três que, "o prédio referido em b) está correctamente identificado". No entanto na acta de

dezoito de Agosto não aparece nenhuma identificação de proprietários, na realidade não precisava vir aqui hoje. Sugiro que na acta de hoje fique registado o nome de todos os proprietários, área, localização e preço, ou então, tem que ficar apenas essa mesma proposta."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício votou contra e fez voto de vencido e ditou a seguinte declaração de voto:" Em dezoito de Agosto de dois mil e oito votei contra e fiz voto de vencido, que vou citar: "*já me chega de prisões e processos obscuros que me levantam suspeições que não terei pejo em denunciar*. Isto é um completo abuso do poder, mais uma vez o executivo é o último a conhecer, embora superficialmente os contornos de mais uma negociata. Num panfleto que o senhor presidente distribui pelas Fazendas de Almeirim diz CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM, será uma realidade em 2010.... terrenos comprados expressamente para este efeito ....O Presidente não solicitou que lhe fossem dados poderes para negociar a aquisição dos terrenos em causa com os respectivos proprietários e celebrar os contratos promessa de compra e venda e respectivas escrituras públicas, nos termos e condições que entender alínea f) do n° 1 do artigo 64° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro. Onde está a avaliação técnica efectuada pelos serviços, da adequabilidade daqueles terrenos e de como se trata do local adequado? Porquê este local entre a Rua de S. Bento e Estrada Velha dos Paços, tendo em conta que: Não é central; A rua do acesso principal, Rua de S. Bento, não tem passeios (nem toda a gente vai de carro para a escola), Só tem duas saídas e na saída para a Rua Nova Lisboa, numa extensão de cerca de trinta minutos, o trânsito só pode ser feito num sentido. É uma zona distante dos principais equipamentos desportivos e culturais da freguesia? Onde está a declaração dos responsáveis da DHU (técnicos da Câmara) da conformidade do projecto do centro escolar e zona de loteamento proposto, com as normas legais em vigor, nomeadamente a largura de Rua Pública a abrir? Certo que estas observações não merecerão, da parte de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>

qualquer consideração, pois arrogantemente nem a dos seus Vereadores considera, solicito-lhe: Compromisso que o projecto, a ser ali implantado, não sofrerá alterações, nomeadamente sacrificando (reduzindo) áreas de recreio, jogos actividades. - Questiono-o quanto aos equipamentos agora a funcionar, que vão ser desactivados (obviamente além dos contentores) e qual será o seu destino? - Que contrapartidas "negociou" com os proprietários quanto ao loteamento indicado? - Solicito-lhe todos os documentos para saber como se encontrou a quantia de um milhão oitocentos e cinquenta mil euros. Desta vez e em consonância com a minha posição anterior, volto a votar contra e faço voto de vencido, porque não alinho nestas "habilidades" obscuras."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto:

"Voto favoravelmente em coerência com o meu voto de dezoito de Agosto passado e porque a informação da Notaria Privativa da Câmara apenas visa identificar os proprietários que devem subscrever a escritura de compra do terreno. Reitero a minha total minha total confiança na Notaria Privativa da Câmara, D<sup>a</sup> Graciete Romão."-----

-----PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO GRUPO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PSD N° 1,2,3,4 E 5AM/PSD/08 - Foram presentes as Propostas de Recomendação acima identificadas.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou ao Senhor Presidente se agora também faz parte do Grupo do PSD.-----

-----O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador, porque é que está a dizer isso.-----

-----O Senhor Vereador respondeu que o agendamento das recomendações não foi pedido pelo PSD, logo foi iniciativa do Senhor Presidente da Câmara.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício afirmou que a apresentação destas propostas é só para queimar tempo. Na última Assembleia Municipal não foram aprovadas por minuta as deliberações do IMI, IRS e Derrama. Se já foram ultrapassados os

prazos é o Governo quem fixa os valores.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que foram cumpridos os prazos.-----

-----O assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

-----**4- OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Romeu José Loureiro da Gaga, cento e nove e cento e dez; Paulo Simões - Construção Civil, Limitada, cento e dezassete, todos de dois mil e oito.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento do despacho de deferimento proferido em sede de projectos globais, referente ao processo de obras a seguir indicado, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Cartario Pinto - Construções, limitada, trinta e seis e trinta e sete; Bectricil - Construções e Obras Públicas, limitada, cento e trinta e sete A, todos de dois mil e sete; Alexandre Manuel Marques Felício, setenta e três; Pedro Vital - Sociedade Unipessoal, limitada, cento e quatro; António Francisco Freitas Coimbra, cento e vinte e três, todos de dois mil e oito.-----

-----**3- REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFICIE - Foi presente o requerimentos de Paulo Alexandre Ramos Machado, solicitando autorização para vender a fracção autónoma designada pela letra "G" a que corresponde o segundo andar esquerdo, do prédio urbano sito na Vinha do Santíssimo número quinze em Almeirim;-----



-----A Câmara deliberou não exercer o direito de preferência.---

-----Foi presente o requerimento de Joaquim Francisco Leonor Sampaio solicitando certidão comprovativa do eventual direito de preferência que a Câmara entenda exercer na venda que vai fazer da fracção autónoma correspondente ao primeiro andar direito, do prédio sito na Rua Augusto do Carmo Ribeiro número vinte e três, em Almeirim, o qual, por motivo de urgência, o Sr. Presidente despachou negativamente, como é habitual nestes casos.-----

-----O executivo deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente.-----

-----**5- DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PRENDA DE NATAL AOS FUNCIONÁRIOS - Foram presentes as propostas para compra de bolo rei para oferta aos funcionários da Autarquia. Foi apresentada a proposta da Pastelaria "Chamel" com o valor unitário de quatro euros e noventa e cinco cêntimos mais IVA, e Pastelaria "O Trigo", cujo orçamento para quinhentos bolos rei, de um quilograma cada é de seis euros por unidade, este valor já inclui IVA à taxa legal.-----

----- A Câmara deliberou atribuir a confecção do bolo rei à Pastelaria "Chamel".-----

-----TRANSFERENCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo, duzentos e cinquenta euros para a campanha anual de fundos que reverterá para as obras de conservação das instalações dos Centros de Actividades Ocupacionais e de Apoio Residencial; Assistência Médica Internacional, (AMI), solicitando a colaboração da Autarquia, através de um contributo afim de permitir pôr em prática mais projectos de ajuda internacional. A Câmara deliberou adquirir um kit médico de emergência, para duas mil pessoas, durante um mês num campo de

refugiados, no valor de trezentos e noventa euros; Sociedade Columbófila de Muge, cento e vinte e cinco euros para entrega de prémios aos Associados de fim de campanha, - de referir que grande parte dos Associados desta Associação são de Benfica do Ribatejo; Orfeão de Almeirim, setecentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos para oferta de jantar aos grupos intervenientes no concerto de Natal; Irmandade do Senhor Jesus dos Passos - duzentos e dois euros e cinquenta cêntimos para apoio à compra da Imagem de Nossa Senhora de Fátima.-----

-----Foi presente o ofício da Nersant dando conhecimento do projecto EmpCriança - Empreender no Ensino Básico, que tem como principal objectivo sensibilizar os jovens do quarto ano do primeiro ciclo do ensino básico para o empreendedorismo e para o espírito empresarial. Decidiram realizar no ano lectivo 2008/2009 uma edição experimental para testar o projecto, que terá um período experimental entre Janeiro e Junho de dois mil e nove, sendo os custos a financiar por parte de cada autarquia aderente de sete mil euros, no entanto este valor será ressarcido à autarquia no momento em que a Nersant celebrar com o Ministério da Educação o contrato de financiamento do projecto.-----

-----A Câmara deliberou por maioria aderir ao projecto, com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha. -----

-----ACÇÃO SOCIAL -Foram presentes três comunicações internas do Gabinete de Acção Social reportando a situação familiar de alunos carenciados e o enquadramento para o seu apoio.-----

-----Nestes termos, a Câmara deliberou custear o passe escolar dos alunos a seguir mencionados: Filipa Nair da Silva Flausino Minderico Ferreira; Tânia Fernandes Abreu; Pedro Miguel Santos Coelho.-----

-----ACTA - Foi distribuída a todo o Executivo a acta da reunião de Câmara realizada a dezassete de Novembro de dois mil e oito.-

-----  
-----  
-----PÚBLICO - No período do público usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, Manuel Bastos que disse: "Relativamente à localização do terreno para construção do Centro Escolar de Fazendas, aquando da proposta para aquisição que teve lugar na reunião de dezoito de Agosto de dois mil e oito, toda a gente votou a favor, com excepção do Senhor Vereador Francisco Maurício, o que leva a crer neste momento é que toda a gente está contra a construção do Centro Escolar na Freguesia.-----

-----Quanto às luzes de Natal na Freguesia de Fazendas de Almeirim, as mesmas já se encontram colocadas, contudo as exigências da EDP para fazer a ligação à iluminação publica são tantas que, a Junta está com muitas dificuldades em conseguir satisfaze-las, o mais certo é ser retirada a iluminação. -----

-----Relativamente aos terrenos para construção do Centro Escolar de Fazendas estão mais que identificados, apenas faltam dois nomes na escritura não percebi tanta conversa em relação ao assunto. Não deixa de referir que esteve bem disposto, já viu filmes cómicos menos divertidos. Quanto à construção da prisão deixa esclarecimentos: Primeiro já está concluído o levantamento topográfico dos terrenos para construção do estabelecimento prisional e serão abatidos, no máximo, dois mil e noventa e nove sobreiros. Para quem afirmou que eram doze mil, seis mil e sete mil novecentos e dez, convidamos os senhores a terem a coragem de dizer que mentiram ou intencionalmente, ou sem conhecimento.-

-----O Senhor Presidente da Câmara perguntou ao anterior orador se desses dois mil e noventa e nove sobreiros, algum foi financiado.-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas disse que não. Acrescentou que na zona norte, do local onde será edificada a prisão, vão plantar seis a sete mil pinheiras, pois o terreno não é propício para sobreiros.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos pediu o uso da

palavra e disse que: " O PSD nunca referiu o número de sobreiros a abater, e não precisam de encomendar o sermão a ninguém, nem mesmo ao Dr. Moita Flores. O que leva a crer é que o fornecimento de bens e produtos para a prisão é feito pela Freguesia, o que pretende esclarecer é que a resolução nº 168/08, que visa à contratação para concurso internacional de fornecimento de refeições confeccionadas para os reclusos dos estabelecimentos prisionais, isto demonstra que não vão ser fornecidos quaisquer produtos pelos produtores locais."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha pediu também o uso da palavra e disse: " Relativamente à localização do Centro Escolar de Fazendas, na primeira reunião pronunciei-me favoravelmente sobre a localização em termos area geográfica mas no que diz respeito à rua achava mal, e só votei favoravelmente porque segundo informações dadas aqui, a DREL disse que o terreno tem o espaço necessário. Segundo, quanto aos sobreiros, se não tivesse havido muita movimentação todos os sobreiros iam ao ar. Esta situação é caricata, vamos ter uma eco-prisão! No meio de sobreiros, se não fosse um assunto sério dava para rir. Quanto aos sobreiros os que não foram cortados vão ser afectados num montado é um ecossistema Quanto à venda de produtos agrícolas dos produtores locais os Senhores afirmaram-no no documento entregue na Assembleia de Freguesia e no Comunicado do PS."-----

-----Usou da palavra o Senhor Magalhães, proprietário de uma empresa sedeadada em Almeirim, Electrotejo, e disse que possui cento e sessenta trabalhadores, e perguntou se já houve alguma preocupação por parte dos políticos em saberem se existem empresas no Concelho em dificuldade, se já auscultaram as empresas a fim de arranjar estratégias para salvar os postes de trabalho dos Municípes deste Concelho. A banca corta o crédito às empresas, pois neste momento de crise estão a renegociar os seus créditos. Faço parte de algumas Associações para salvar a economia e os postes de trabalho, gostaria de ver tratado nesta reunião a preocupação dos eleitos em salvar a economia do Concelho, em defender os postes de trabalho acrescenta: "sou um

entusiasta da prisão no Concelho pois cria o mecanismos que se associam à defesa dos postes de trabalho deste Concelho.”-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou ao Senhor Magalhães se há algum motivo que impeça a Electrotejo de concorrer à empreitada da construção da prisão se esta for edificada noutro Concelho.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que o PSD apresentou uma proposta à taxa zero da derrama para o Concelho de Almeirim, a fim de ajudar os empresários do nosso Concelho.--

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha pede a palavra para responder ao Senhor Magalhães e disse: “ A CDU nunca esteve contra a construção da uma prisão em Almeirim, naquele sítio é que não.”-----

-----Moradores da Tapada - Informaram que receberam uma resposta do Governo Civil e perguntaram quais os requisitos necessários para pedir uma marca M-catorze, de estacionamento.-----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que já tinha explicado que a marca foi mal colocada, vai ser apagada e reposta a legalidade.-----

----Às dezassete horas e trinta e cinco minutos, foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.--

O Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa

---

---